



portalbenews.com.br

**ENERGIA** Governo Federal descarta retorno do horário de verão para este ano ▶ **p4**

**FERROVIAS** Juíza revoga suspensão de audiências públicas sobre renovação da FCA ▶ **p5**

Brunno Falcão/Seapa

## Governo lança programa de R\$ 1 bi para apoiar produtores de arroz

O Arroz da Gente visa garantir estoques de 500 mil toneladas e mitigar os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul ▶ **p3**

Divulgação

### BNDES aprova R\$ 500 milhões para fábrica de carros voadores ▶ **p5**



**MARIA QUITÉRIA** Navio-plataforma da Petrobras começa a operar no pré-sal do Espírito Santo ▶ **p6**

**SANTOS** ACS abre inscrições para o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa ▶ **p6**

**PARANÁ** DER vai lançar programa para conservação de 10 mil quilômetros de rodovias ▶ **p7**

## EDITORIAL

# Arroz da Gente: esperança para a segurança alimentar

O lançamento do Programa Arroz da Gente, pelo Governo Federal, representa um passo significativo para garantir a segurança alimentar no Brasil. Ao estimular a produção e a formação de estoques de arroz, o programa não apenas busca estabilizar os preços do produto, como também fortalece a agricultura familiar e contribui para a diversificação da produção agrícola no País.

A crise da falta de arroz, intensificada pelas recentes enchentes no Rio Grande do Sul, evidenciou falhas na cadeia produtiva e a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir o abastecimento interno. O programa anunciado pelo Governo, ao oferecer contratos de opção para os produtores, cria um ambiente de maior segurança e previsibilidade, incentivando o investimento na produção do grão.

A decisão do Palácio do Planalto de não recorrer à importação de arroz, como havia sido cogitado anteriormente, demonstra a importância de fortalecer a produção nacional. Ao apoiar os pequenos e médios produtores, o Governo contribui para a geração de renda no campo e para a fixação das pessoas no meio rural. Além disso, a diversificação de cultivos, incentivada pelo programa, promove a sustentabilidade da produção e a preservação da biodiversidade.

O Programa Arroz da Gente se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e a agricultura familiar. O Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) traçam um caminho para um sistema alimentar mais justo e sustentável, com maior participação da agricultura familiar e menor dependência de insumos químicos.

A erradicação da fome, um dos principais objetivos do Governo, exige ações coordenadas e consistentes em diversas frentes. O Programa Arroz da Gente é um exemplo de como políticas públicas bem desenhadas podem contribuir para a melhoria da vida das pessoas e para o desenvolvimento do País.

É fundamental que o programa seja implementado de forma eficiente e que os recursos sejam utilizados de forma transparente. Acompanhar a evolução do programa e avaliar seus resultados será crucial para garantir que ele atinja seus objetivos e contribua para a construção de um país mais justo e com segurança alimentar para todos.

## NESTA EDIÇÃO



## ▲ MANCHETE

- 3 Lula lança programa de R\$ 1 bi para produção e compra de arroz

## HUB

- 3 Ministro de Minas e Energia, cobra celeridade da Aneel na abertura de um processo para investigar as ações da Enel

## NACIONAL

- 4 Governo descarta retorno do horário de verão para este ano
- 5 BNDES aprova R\$ 500 milhões para fábrica de carros voadores em SP

Juíza revoga suspensão de audiências públicas sobre renovação da FCA

## REGIÃO SUDESTE

- 6 Navio-plataforma da Petrobras começa a operar no Espírito Santo

ACS abre inscrições para o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa

## REGIÃO SUL

- 7 DER do Paraná vai lançar programa para conservação de 10 mil km de rodovias

## REGIÃO NORDESTE

- 7 Bahia ganha novas rotas aéreas regionais a partir de 2025



## Sistema BE News de Comunicação

**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520,  
Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11  
Santos, São Paulo  
11013-919, BR

**Diretor-presidente**

Fabício Julião

**Diretor-superintendente**

Márcio Delfim

**Diretora administrativo-financeira**

Jacyara Lima

**Diretor-geral**

Leopoldo Figueiredo

**Diretora comercial**

Roberta Riccioppo

**Editor-executivo - Jornal BE News**

Alexandre Fernandes

**Editora-executiva - Portal BE News**

Vanessa Pimentel

**Editor-executivo - TV BE News**

Gustavo Zanaroli

**Editora de Arte - Jornal BE News**

Mônica Mathias

**Equipe de reportagem**

Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,  
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e  
Vitória Malafati (estagiária)

**Colunista**

Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



## FALE COM A GENTE

**ATENDIMENTO AO LEITOR**

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@redebenews.com.br](mailto:atendimento@redebenews.com.br)

**INSCREVA-SE**

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenenews.com.br](http://www.portalbenenews.com.br)

**PUBLICIDADE**

[publicidade@redebenews.com.br](mailto:publicidade@redebenews.com.br)

 (11) 91615.1200

**Blitzkrieg 1**

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a cobrar nessa quarta-feira, dia 16, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a abertura de um processo "rápido, célere e objetivo" para apurar se a empresa distribuidora de energia elétrica Enel vem descumprindo cláusulas do contrato de concessão do serviço na Região Metropolitana de São Paulo. "Defendo que a Aneel abra um processo rápido, célere e objetivo para apurar se ela (Enel) descumpriu índices regulatórios que o TCU (Tribunal de Contas da União) disse, no ano passado, que ela não descumpriu. E que, caso tenha descumprido, instaure um processo e apresente ao poder concedente (União) as possibilidades (de sanções)", afirmou.

**Blitzkrieg 2**

Ao detalhar as ações que o Governo Federal implementou para auxiliar a Enel e as autoridades paulistas a restabelecerem o fornecimento da energia elétrica, interrompido por um forte temporal e ventos de mais de 100 km/h na sexta-feira, dia 11, Silveira ressaltou que a possibilidade de a União romper o contrato com a Enel, válido até 2028, é um processo complexo, que exige um parecer da agência reguladora. E lembrou que, há meses, solicitou à Aneel, oficialmente, que instaurasse um processo legal a fim de verificar as penalidades cabíveis nos recorrentes apagões em áreas atendidas pela Enel.

**Blitzkrieg 3**

"Alguém tem dúvida de que se esse fosse o caminho, que se essa fosse uma possibilidade real que pudesse ser feita sem quebra de contrato ou judicialização, sem aumentar o ônus para o consumidor, o ministro já não a teria tomado?", questionou o ministro, destacando que não há, no setor energético nacional, precedente de decretação de caducidade contratual.

**Emergência climática 1**

O Consórcio Nordeste anunciou, para esta quinta-feira, dia 17, a instalação de um comitê que pretende monitorar e enfrentar situações de emergência climática nos nove estados nordestinos que o compõem. A expectativa é a de viabilizar assessoramento técnico especializado a seus nove estados-membros, além de promover cooperações e estruturar políticas públicas que fortaleçam a resiliência climática do Nordeste.

# Lula lança programa de R\$ 1 bi para produção e compra de arroz

Iniciativa do Governo Federal busca recuperar perdas agrícolas e estabilizar o mercado com foco em pequenos e médios produtores

Ricardo Stuckert/PR



Durante o lançamento, Lula reiterou o compromisso de erradicar a fome no Brasil até 2026 e cobrou agilidade dos ministros para que os programas sejam implementados com eficácia

Da Redação  
redacao.jornal@redenebnews.com.br

mil toneladas, auxiliando a mitigar as perdas das safras de 2023 e 2024 devido à seca e às enchentes na Região Sul", disse Teixeira. Além disso, ele ressaltou que o programa incentivará a diversificação de cultivos e promoverá a agricultura familiar.

O Programa Arroz da Gente faz parte do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), também chamado de Alimento no Prato, e chega após o fracasso de um leilão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a compra de arroz importado. A medida provisória que autorizava o leilão perdeu a validade antes de ser votada no Congresso Nacional, o que levou à formulação de novas estratégias para garantir o abastecimento interno.

Os problemas no fornecimento de arroz em 2024 ocorreram principalmente devido às enchentes no Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 70% da produção nacional. O estado foi duramente afetado, com perdas significativas nas plantações e problemas de distribuição. A alta de até 100% no preço do arroz em algumas regiões gerou preocupação no governo, que agora busca assegurar a estabilidade do mercado com o lançamento do novo programa.

Durante o lançamento, Lula reiterou o compromisso de erradicar a fome no Brasil até 2026. "Nós já tiramos, em um ano e 10 meses de governo, 24,5 milhões de pessoas do Mapa da Fome outra vez, e a nossa ideia é tirar todos da fome até terminar o mandato", afirmou o presidente, cobrando agilidade dos ministros para que os programas sejam implementados com eficácia. Ele também mencionou que a fome é resultado da falta de responsabilidade política dos governantes e não apenas de fenômenos climáticos.

Além do Programa Arroz da Gente, o Governo lançou outras ações para promover o abastecimento alimentar e incentivar a produção de alimentos orgânicos, como parte das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, celebrado em 16 de outubro. O Planaab e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) incluem iniciativas como a criação de novos sacolões populares e centrais de abastecimento em estados como Bahia, Ceará, Sergipe e São Paulo, que visam facilitar o acesso a alimentos saudáveis e frescos para a população.

Teixeira destacou a importância dessas medidas para garantir a soberania alimentar

no país. "São 29 iniciativas e 92 ações estratégicas para criar um sistema de abastecimento inclusivo e estruturado que garanta o direito à alimentação e a soberania alimentar desde a produção até chegar no prato", explicou o ministro.

**Alimentação adequada**

Elisabetta Recine, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), reforçou que os planos lançados pelo Governo representam um esforço conjunto para superar os desafios relacionados ao direito humano à alimentação adequada. Ela também alertou para a necessidade de transformar o sistema alimentar de maneira sustentável e com compromisso real por parte dos governantes.

O Planapo, que envolve 197 iniciativas coordenadas por 14 ministérios, inclui ações voltadas para a promoção da agricultura familiar, produção orgânica e agroecológica. Entre as medidas previstas estão a destinação de R\$ 6 bilhões em crédito para apoiar a produção orgânica por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de R\$ 115 milhões para inclusão produtiva e R\$ 100 milhões para apoio à transição agroecológica e sustentabilidade.

## NACIONAL

# Governo descarta retorno do horário de verão para este ano

Ministro Alexandre Silveira afirma que planejamento garante abastecimento, mas política pode ser reconsiderada em 2025

Ricardo Botelho/MME



Segundo Alexandre Silveira, as medidas de planejamento adotadas pelo Ministério de Minas e Energia garantiram a segurança energética, diminuindo o impacto do horário para este ano

Da Redação  
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que o horário de verão não será retomado em 2024. Segundo ele, o planejamento energético realizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) garantiu a segurança do abastecimento, tornando desnecessária a medida. O anúncio foi feito na quarta-feira (16), durante uma coletiva de imprensa em Brasília, após uma análise detalhada dos estudos conduzidos pelo Operador Nacional do Sistema

Elétrico (ONS).

“Nós, hoje, na última reunião com o ONS, chegamos à conclusão de que não há necessidade de decretação do horário de verão para este período, para este verão. As medidas de planejamento adotadas pelo MME garantiram a segurança energética, diminuindo o impacto do horário para este ano”, afirmou Alexandre Silveira.

O ministro destacou que, desde 2023, o Brasil não enfrenta risco de desabastecimento de energia. A discussão sobre o retorno do horário de verão foi centrada no planejamento para 2024 e para os próximos anos, com foco na garantia do suprimento energético e na modicidade tarifária, isto é, a manutenção de tarifas menores para os consumidores. Apesar de descartar a medida para o

próximo ano, Silveira reforçou que o horário de verão pode ser reconsiderado como política pública no futuro.

Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) indicam que o Brasil está passando pela pior seca dos últimos 74 anos, o que exigiu ações planejadas e emergenciais para garantir a segurança energética do país. Entre essas ações, Silveira destacou que 49% da água dos reservatórios está preservada, resultado de uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

Entre as medidas adotadas para enfrentar a seca, destacam-se a preservação de recursos da bacia do Rio Paraná, incluindo as usinas hidrelétricas Jupia e Porto Primavera, e a preservação de 11% da água

dos principais reservatórios de cabeceira, como Furnas, Itumbiara e São Simão. A operação do reservatório da Usina de Belo Monte foi ajustada para atender à demanda no horário de pico, sem prejudicar as comunidades ribeirinhas. Além disso, foi maximizado o uso de termelétricas e minimizado o despacho das usinas do Norte do Brasil, de forma a preservar recursos para o final do período seco. Silveira também mencionou o aumento da utilização de energia solar e a busca por soluções técnicas para maximizar o uso das hidrelétricas do Rio Madeira e das termelétricas movidas a gás natural liquefeito (GNL). O objetivo principal dessas ações foi preservar os níveis dos reservatórios para garantir energia nos horários de maior demanda e evitar o uso das usinas

térmicas, que são mais caras.

Segundo o relatório do ONS, o horário de verão poderia ser reintroduzido em 2025, caso seja necessário para aumentar a segurança do sistema energético e manter as tarifas em níveis acessíveis. “Temos a segurança energética assegurada para este ano, há o início de um processo de restabelecimento ainda muito modesto da nossa condição hídrica. Temos condições de chegar depois do verão em condição de avaliar, sim, a volta dessa política em 2025”, afirmou o ministro.

Alexandre Silveira também enfatizou que a decisão sobre o horário de verão foi amplamente discutida com setores técnicos e representantes da sociedade, incluindo indústrias, bares, restaurantes e companhias aéreas, além de consumidores.

## Ministro pede investigação da Enel e defende revisão de contratos de energia

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cobrou na quarta-feira (16) que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abra um processo “rápido, célere e objetivo” para investigar se a Enel, distribuidora de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo, descumpriu cláusulas do contrato de concessão.

“Defendo que a Aneel abra um processo rápido, célere e objetivo para apurar se ela (Enel) descumpriu índices regulatórios que o TCU (Tribunal de Contas da União) disse, no ano passado, que ela não descumpriu”, declarou Silveira, destacando que, se comprovadas as irregularidades, caberá à Aneel sugere

sanções.

Silveira também mencionou que o rompimento do contrato com a Enel, válido até 2028, seria um processo complexo e sem precedentes, e que há meses já havia solicitado à Aneel a investigação sobre os recorrentes apagões na área de concessão da empresa.

“Alguém tem dúvida de que se esse fosse o caminho, que se essa fosse uma possibilidade real que pudesse ser feita sem quebra de contrato ou judicialização, o ministro já não a teria tomado?”, questionou, enfatizando a complexidade da situação.

O ministro também sugeriu que o contrato da Enel, assi-

nado em 1998 e herdado pela empresa em 2018, está desatualizado, especialmente em relação a eventos climáticos severos, que não eram comuns à época. Para ele, é necessária a atualização dos contratos de concessão, ressaltando que novas regras mais rígidas foram estabelecidas pelo governo em junho.

# BNDES aprova R\$ 500 milhões para fábrica de carros voadores em SP

Com financiamento, Eve Air Mobility desenvolverá unidade fabril no interior de São Paulo

Da Redação  
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 500 milhões para a Eve Air Mobility (Eve) desenvolver a unidade de produção do eVTOL (carro voador). Com recursos do programa BNDES Mais Inovação, a unidade será instalada em Taubaté, no interior de São Paulo.

O financiamento da unidade fabril se baseia na parceria entre a Eve e o BNDES após a aprovação, em 2022, de uma linha de crédito de R\$ 490 milhões para dar apoio ao programa de desenvolvimento de eVTOL da Eve.

Com fabricação total esperada de até 480 aeronaves por ano, a Eve planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em



Divulgação

Com fabricação esperada de até 480 veículos por ano, a Eve planeja expandir a capacidade de produção do local em uma base modular, em quatro fases de 120 aeronaves cada

quatro fases de 120 aeronaves cada. Isto proporcionará uma metodologia de investimento disciplinada e eficiente em termos de capital à medida que o mercado cresce.

“O financiamento reforça o compromisso do governo do presidente Lula de apoiar projetos inovadores da indústria brasileira, como a mobilidade aé-

rea, que utiliza alta intensidade tecnológica. E o BNDES tem o instrumento necessário para conferir competitividade internacional às empresas nacionais, que é o Programa BNDES Mais Inovação, que já aprovou R\$ 8 bilhões em créditos desde 2023”, explica o presidente do Banco, Aloizio Mercadante.

“Este financiamento será

fundamental para a instalação de nossa unidade de produção de eVTOL, que não apenas será a primeira do gênero no Brasil, mas também será alimentada por energia limpa e renovável, alinhada ao nosso compromisso com a sustentabilidade”, declara Johann Bordais, CEO da Eve.

A Eve possui o maior back-

log do setor, com cartas de intenção (LOI) para 2.900 eVTOLs de 30 clientes em 13 países, representando um potencial de US\$ 14,5 bilhões em receita. Sua aeronave utiliza oito rotores dedicados para voo vertical e asas fixas para voar em cruzeiro, sem nenhuma alteração na posição desses componentes durante o voo. O conceito inclui um propulsor elétrico alimentado por motores elétricos duplos que fornecem redundância de propulsão para garantir os mais altos níveis de desempenho, segurança, despachabilidade e baixos custos operacionais.

Além de lançar seu primeiro protótipo em escala real em julho deste ano, a empresa selecionou todos os principais fornecedores de seu eVTOL. À medida que a Eve avança para a próxima fase do desenvolvimento, o protótipo do eVTOL vem realizando uma série de testes projetados para avaliar meticulosamente todos os aspectos da operação e desempenho da aeronave, desde as capacidades de voo até os recursos de segurança.

# Juíza revoga suspensão de audiências públicas sobre renovação da FCA

Magistrada reverte decisão alegando divulgação adequada dos estudos e possível prejuízo ao Governo Federal

Da Redação  
redacao.jornal@redebenews.com.br

A juíza Geraldine Vital, da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, revogou a liminar que suspendia as audiências públicas sobre a renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). A revogação ocorreu na quarta-feira (16), apenas horas após a suspensão inicial ser concedida.

A suspensão das audiências havia sido solicitada pela Logística Brasil – Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística, através de um mandado de segurança coletivo. A associação alegou que os documentos necessários para uma análise completa do processo de renovação das concessões não estavam integralmente disponíveis para consulta. O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Martins Leite (MDB),



Divulgação/VLI

A FCA atravessa sete estados e o Distrito Federal. A proposta de renovação da concessão por mais 30 anos inclui a exclusão de 850 km de trilhos no estado do Rio de Janeiro

afirmou que os últimos acordos de extensão das concessões resultaram em uma perda de R\$4 bilhões para o estado.

A FCA, cuja concessão foi

assinada em 1996, opera uma malha de 7.856,8 quilômetros que atravessa sete estados e o Distrito Federal. A proposta de renovação por mais 30 anos

inclui a exclusão de 850 quilômetros de trilhos no estado do Rio de Janeiro. A renovação antecipada da concessão tem sido criticada por deputados esta-

duais de Minas Gerais, que apontam perdas econômicas para o estado.

Ao rever o caso, a juíza destacou que o mandado de segurança deve proteger direitos líquidos e certos, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei nº 12.016/09. Ela também afirmou que não foram apresentadas provas suficientes que comprovem a ilegalidade do procedimento adotado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pelo processo.

A magistrada observou que os estudos técnicos foram divulgados em audiências públicas realizadas em 2020 e atualizados em 2024, e que a participação pública é crucial para a avaliação da vantajosidade do projeto. Além disso, ela apontou que suspender as audiências poderia causar prejuízos financeiros ao Governo Federal devido aos custos já investidos no processo.

## REGIÃO SUDESTE

# Navio-plataforma da Petrobras começa a operar no Espírito Santo

O FPSO Maria Quitéria tem capacidade de produzir diariamente até 100 mil barris de óleo e de processar até 5 milhões de m<sup>3</sup> de gás

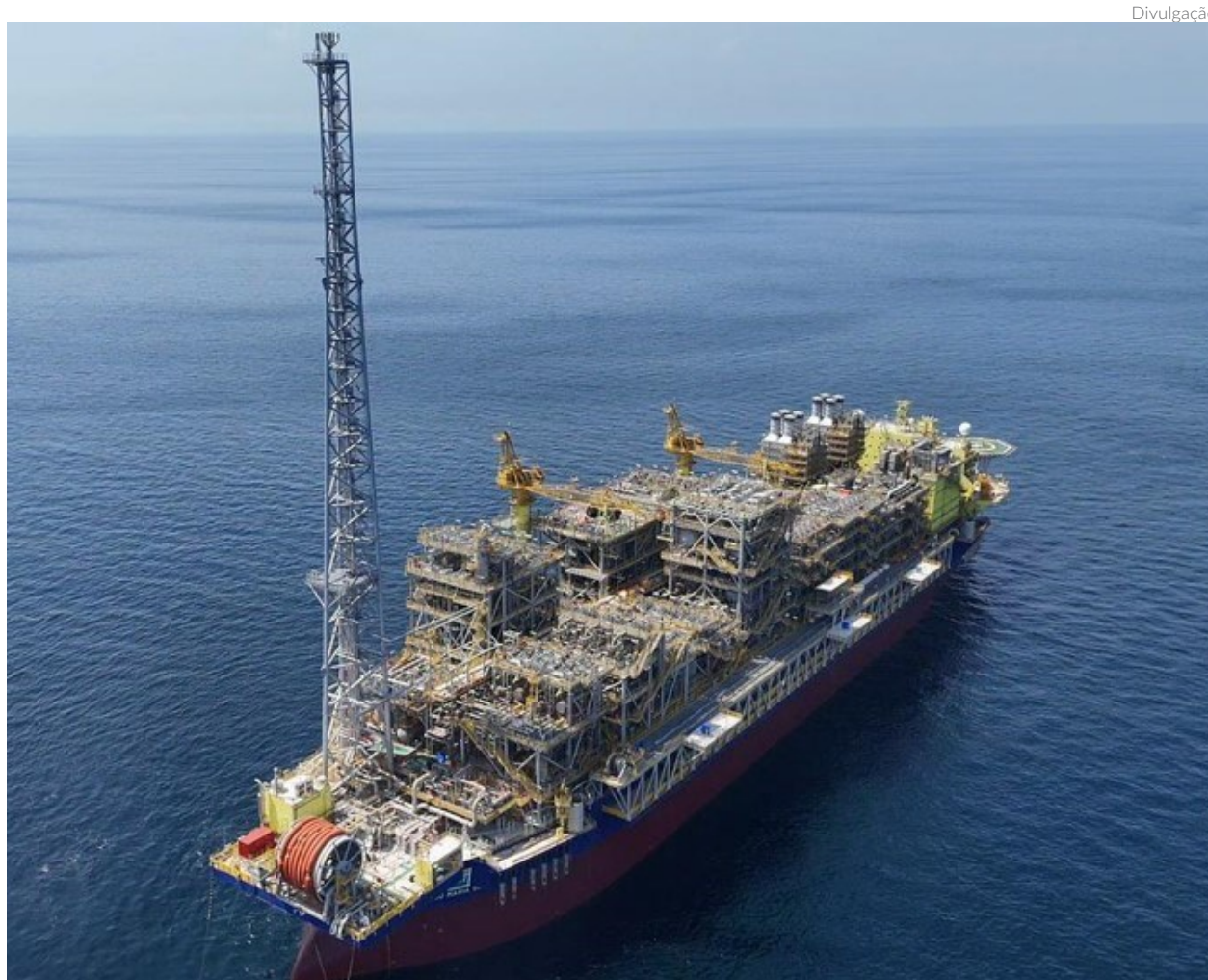
Da Redação  
redacao.jornal@redebenews.com.br

O navio-plataforma FPSO Maria Quitéria produziu seu primeiro óleo na terça-feira, 15 de outubro, no campo de Jubarte, no pré-sal localizado na porção da Bacia de Campos, no Espírito Santo.

De acordo com a Petrobras, a unidade tem capacidade de produzir diariamente até 100 mil barris de óleo e de processar até 5 milhões de metros cúbicos de gás, e será interligada a um total de oito poços produtores e oito injetores.

A embarcação teve o início de suas operações antecipadas. A previsão inicial era para 2025 de acordo com o Planejamento Estratégico 2024-2028.

“Estamos muito satisfeitos em conseguir antecipar a produção do Maria Quitéria em mais de cinco meses perante o previsto. Nossa expectativa é que o pico de produção da unidade seja alcançado entre seis meses e um ano e o Espírito Santo poderá contar com esse



Divulgação

Com 156 m de altura e 333 m de comprimento, o FPSO Maria Quitéria está instalado em lâmina d'água de 1.385 m. Além disso, terá capacidade de geração de 100 MW de energia

óleo e esse retorno”, disse Magda Chambriard, presidente da Petrobras.

A plataforma é do tipo FPSO (sistema flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo, da

sigla em inglês) e está equipada com tecnologias para redução de emissões com mais eficiência operacional combinada à redução em cerca de 24% de emissões operacionais de gases de efeito estufa.

Com 156 metros de altura e 333 metros de comprimento, o FPSO Maria Quitéria está instalado em lâmina d'água de 1.385 metros. Além disso, terá capacidade de geração de 100 MW de energia, o suficiente

para abastecer uma cidade de 230 mil habitantes.

A Petrobras é a única detentora dos direitos de produção do campo de Jubarte, localizado na área conhecida como Parque das Baleias, no Espírito Santo.

A área do Parque das Baleias é formada pelos campos de Jubarte, Baleia Anã, Cachalote, Caxaréu, Pirambú e Mangangá. O primeiro campo, de Jubarte, foi descoberto em 2001. Em 2019 a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) celebraram um acordo para a prorrogação do prazo de concessão até 2056 do novo campo de Jubarte unificado, que viabilizou a implantação do FPSO Maria Quitéria, novo sistema de produção do Projeto Integrado do Parque das Baleias, além de projetos complementares na área.

Atualmente, estão em operação no Parque das Baleias outras três plataformas: P-57, P-58 e FPSO Cidade de Anchieta. Com a entrada em operação do Maria Quitéria, em plena carga, esta unidade corresponderá a cerca de 40% da produção do campo.

## ACS abre inscrições para o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro de Santos e região

Da Redação  
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Associação Comercial de Santos (ACS), por meio da Câmara de Instituições de Ensino, realizará entre os dias 23 e 25 deste mês o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa da Baixada Santista (SP).

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, o evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro da região.

O seminário contará com palestras e mesas de diálogos com especialistas de renome, abordando temas de relevância para o cenário empresarial,



Divulgação/ACS

O seminário terá palestras e mesas de diálogos com especialistas, abordando temas de relevância para o cenário empresarial, como ESG, sustentabilidade, governança e inovação

como ESG, sustentabilidade, governança e inovação. Além disso, serão promovidas ativi-

dades nas principais instituições de ensino superior da Baixada Santista, promovendo

uma rica troca de conhecimento entre a academia e o mercado. “A realização do IV Semi-

nário Internacional é uma grande oportunidade para a nossa região. O tema ciência e diversidade para a construção de valor é extremamente relevante, pois visa fortalecer a conexão entre jovens universitários e empresas, fomentando inovação e preparando novas gerações para os desafios futuros. Estamos certos de que o diálogo promovido aqui terá um impacto significativo tanto no desenvolvimento dos talentos quanto no avanço das empresas locais”, afirmou a professora Sílvia Teixeira Penteado, coordenadora da Câmara de Ensino da ACS.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pelo link [bit.ly/seminarioUE2024](https://bit.ly/seminarioUE2024). A programação completa está disponível no site da Associação Comercial de Santos ([www.acs.org.br](http://www.acs.org.br)).

## REGIÃO SUL

# DER do Paraná vai lançar programa para conservação de 10 mil km de rodovias

Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias será custeado pelo estado com prazo de três anos

CÁSSIO LYRA  
cassio.lyra@redenews.com.br

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) anunciou que vai lançar, até o final deste ano, o Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias (ProMAC). A iniciativa tem objetivo de garantir a qualidade do pavimento e a trafegabilidade de aproximadamente 10 mil quilômetros de rodovias estaduais em todo o estado.

O programa contará com recursos do Governo do Paraná, com prazo de execução de três anos para atender todo o pavimento da malha rodoviária estadual.

“Todos os trechos de ótima qualidade serão mantidos, os de boa qualidade vamos elevar para ótima, e os abaixo disso vão no mínimo subir para qualidade boa. Além de ter a melhor malha rodoviária do Sul do país, o Paraná vai passar a ter uma das melhores do país”, comentou Fernando Furiatti, presidente do DER/PR.



Divulgação/DER

Segundo o Governo Estadual, o ProMAC é voltado para o pavimento rodoviário com serviços periódicos, como os de segurança, que possam vir a prejudicar eventualmente o tráfego

De acordo com o DER, uma das principais inovações do programa será na contratação, que vai utilizar a pré-qualificação de empresas interessadas, especificamente quanto a critérios de habilitação, como catálogo técnico, condições financeiras, situação jurídica, entre outras, um dispositivo da nova Lei de Licitações.

Deste modo, somente as

empresas que estiverem habilitadas vão participar do edital do programa, que prevê 40 lotes de rodovias a serem disputados por empreiteiras.

“Vamos manter a busca pelo preço mais vantajoso, uma diretriz de toda contratação pública por processo licitatório, mas utilizando as ferramentas da lei federal 14.133, que modernizou as licitações e contra-

tos administrativos. Queremos o melhor preço ofertado pelas melhores empresas, as que atendem os critérios de habilitação e vão garantir que os contratos sejam executados sem interrupções ou qualquer outro obstáculo”, explicou Alexandre Castro Fernandes, diretor de Operações do DER/PR.

Segundo o Governo Estadual, o programa é voltado para

o pavimento rodoviário com serviços periódicos, como os de segurança, que possam vir a prejudicar eventualmente o tráfego de veículos.

Ele foi estruturado a partir de levantamentos na malha rodoviária estadual, criando um diagnóstico a partir do qual são definidos os serviços necessários para atender o pavimento e melhorar sua qualidade em cada trecho específico.

## Edital

O novo edital do ProMAC terá uma versão aprimorada de iniciativa semelhante que chegou a ser lançada no ano passado. Ele já propunha inovações quanto aos critérios de qualidade e exigências para contratação, mas acabou sendo anulado pelo DER/PR após determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

O ProMAC agora foi elaborado levando em consideração todas estas determinações do tribunal, que questionava principalmente aspectos da planilha orçamentária, não havendo mais impedimentos para sua realização.

## REGIÃO NORDESTE

# Bahia ganha novas rotas aéreas regionais a partir de 2025

Cidades de Barreiras, Lençóis e Guanambi terão voos diretos de Salvador, com foco no desenvolvimento regional

JÚNIOR BATISTA  
junior.batista@redenews.com.br

A partir de janeiro de 2025, os municípios de Barreiras, Lençóis e Guanambi, no interior da Bahia, receberão novos voos regionais, fortalecendo o turismo e a economia local. A iniciativa, promovida pela Secretaria do Turismo (Setur-BA), faz parte do projeto Conheça o Brasil Voando, do Governo Federal, voltado para o desenvolvimento do turismo no país.

As novas rotas, operadas pela Azul Linhas Aéreas, partirão de Salvador, com um voo diário para Barreiras e dois voos

semanais para Lençóis e Guanambi. A expansão da malha aérea regional visa conectar regiões isoladas ao centro econômico da Bahia e facilitar o transporte de pessoas e mercadorias. “Essa política não só fortalece o turismo, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda para os baianos”, afirmou o governador Jerônimo Rodrigues (PT).

O secretário do Turismo do estado, Maurício Bacelar, destacou o potencial da medida. “Com essa expansão, esperamos uma ocupação superior a 80%, o que é fundamental para uma Bahia de grande extensão territorial como a nossa”, afirmou. A frota contará com aviões bimotores de médio porte, com capacidade para 70 passagei-



Matheus Landim/GOVBA

Aeronave da Azul para celebrar operações na Bahia: a companhia aérea já atua em oito destinos baianos, com 198 voos semanais, que serão ampliados para 299 a partir de 2025

des turísticas no segundo trimestre de 2024, superando a média nacional. Mais de cinco milhões de passageiros passaram pelos aeroportos baianos no primeiro semestre de 2024, um aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2023.

Com investimentos estaduais que ultrapassam R\$ 374 milhões em infraestrutura aeroportuária, cidades como Caetité e Cipó já estão colhendo os frutos da recuperação de seus aeródromos, reforçando a conectividade dentro da Bahia e promovendo o crescimento do setor de turismo.

ros, especialmente projetados para operar em rotas regionais.

A Azul já opera em oito destinos baianos, com 198 voos semanais, que serão ampliados para 299 a partir de 2025. Para John Rodgerson, CEO da companhia, a Bahia é um mercado estratégico que combina alto interesse turístico com o potencial de desenvolvimento re-

gional. Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, enfatizou a importância dessa ampliação. “Isso fomenta uma cadeia econômica que gera emprego, renda e desenvolvimento para a Bahia e o Brasil”, disse.

A iniciativa se alinha aos resultados positivos do turismo baiano, que registrou um crescimento de 12,6% nas ativida-